



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 75
Outubro – 2006

S U M Á R I O

2 | *A nova crise boliviana e o estado brasileiro: necessidade de novos rumos para a diplomacia financeira*

José Ribeiro Machado Neto

6 | *Os acordos regionais e o sistema multilateral de comércio: o caso da América Latina*

Paulo Roberto de Almeida

15 | *Da Ilha de Formosa para a Boa Bahia (II)*

Paulo Antônio Pereira Pinto

18 | *Estados Unidos na Organização das Nações Unidas: manutenção da rota*

Virgílio Arraes

20 | *Coréia do Norte: um interlúdio norte-americano na Ásia*

José Ribeiro Machado Neto

RESENHA

22 | *Caminhos da convergência na globalização*

Paulo Roberto de Almeida

Estados Unidos na Organização das Nações Unidas: manutenção da rota

Virgílio Arraes*

Em setembro, à exceção de 2001 quando o atentado terrorista a Nova York adiou a sessão de abertura da Assembléia Geral, os países reúnem-se nas Nações Unidas para abordar temas de interesse global. Em muitos casos, inúmeros chefes de governo ou de Estado apresentam-se diante de uma plêiade diplomática, diuturnamente enfasiada da similaridade dos discursos proferidos. Mesmo assim, alguns pronunciamentos são relevantes, porquanto expressam momentos simbólicos de temas candentes da situação internacional como conflitos armados, corrida armamentista, turbulências políticas ou epidemias.

Nesse sentido, as palavras do Presidente George Bush expressam maior relevância por naturalmente ser o representante da maior potência, mas também por enunciá-las no proscênio do organismo mais menosprezado ao longo de sua gestão – o atual representante dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, John Bolton, notabiliza-se por sua profusão verbal. Em 1994, ele afirmou que, se as Nações Unidas perdessem dez de seus trinta e oito andares, nada se alteraria. Ao ser indicado para o cargo no ano passado, cinqüenta e nove antigos diplomatas, de extração tanto democrata como republicana, enviaram carta à Comissão de Relações Exteriores do Senado opondo-se à possível designação, dado o visível descompasso de seus posicionamentos perante as diretrizes da entidade.

Em seu discurso de menos de meia hora, Bush fez um balanço limitado, mas desanimador, ainda que involuntariamente, da política internacional em relação ao cenário almejado pelos Estados Unidos. A partir de uma perspectiva maniqueísta, ele expõe que a principal disputa ideológica do século é entre

extremistas, partidários do terrorismo, e moderados, defensores da paz e da democracia, apoiados pela América do Norte.

Esta postura dicotômica da diplomacia norteamericana dificulta exatamente a presença de reformadores nos cenários partidários nacionais, à proporção que muitos dos defensores de tal posicionamento podem ser eventualmente vinculados a americanofilia ou, em casos mais extremos, identificados como representantes de interesses materiais estadunidenses.

Afora o Oriente Médio e adjacências, o dirigente estadunidense citou o Sudão, país que vivencia uma guerra civil ou genocídio, conforme expressão de Bush, em decorrências de rivalidades étnicas e religiosas. Nesse sentido, Bush nomearia Andrew Natsios plenipotenciário para tratar da crise. Natsios, oficial da reserva do Exército e ex-parlamentar estadual de Massachusetts, atuou nos últimos anos como servidor da Agência dos Estados Unidos para (sic) o Desenvolvimento Internacional. Poucos dias após a invasão do Iraque, ele afirmaria em entrevista a uma rede televisiva que não haveria um plano de reconstrução similar ao Marshall para o território iraquiano, apesar da carência significativa de infraestrutura.

Decorridos cinco anos, o cenário na região médio-oriental mantém-se inalterado, a despeito de a exposição presidencial tentar reverberar otimismo por causa da suposta transformação democrática, ainda quando gradual, na região. Contudo, malgrado a eventual positiva alteração em curso, Bush admoestou dois países em especial: Irã, ao referenciar seu programa nuclear bélico – não obstante ambos, Estados Unidos e Irã, não tenham efetivado o

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Protocolo Adicional ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – e seu apoio a grupos extremistas, e Síria, ao apontar sua proximidade com o terrorismo por causa de vínculos com o Hizbulá (Partido de Deus) no Líbano. Contudo, Irã e Síria não são as duas únicas dificuldades com que se deparam os Estados Unidos.

No Afeganistão, os talibãs, muitos dos quais foram antigos aliados norte-americanos durante a Guerra Fria, retomam lentamente o controle sobre o país. O governo atual, apoiado principalmente pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, mal subsiste além da capital, Cabul – segundo o General de Divisão, Karl Eikenberry, comandante-chefe local dos Estados Unidos, onde acaba uma estrada, aparecem os talibãs. Na ‘Guerra Esquecida, em função do conflito iraquiano, cogita-se a visão de que o auxílio militar deverá ser de longo prazo, a fim de que não haja o despenhar dos esforços, até o presente momento, empreendidos;

No Iraque, conquanto não esteja mais à frente do Estado Saddam Hussein, a coligação anglo-britânica prepara-se para reforçar as entradas de Badgá com a revivescência de medidas medievais, ou seja, com barreiras de todos os tipos como cercas, bermas e trincheiras, com o fito de conter os insurgentes. Além do mais, instalam-se pontos de controle em determinadas estradas somados a

patrulhas militares permanentes. Não é uma medida inédita no país – a experiência começou, no fim de 2004, em Faluja e estende-se a Samara. Outrossim, avalia-se a possibilidade de realizar um censo demográfico e obrigar posteriormente o porte de cédulas de identidade.

Deste modo, a diplomacia estadunidense parece resignar-se a alterações, à primeira vista, formais. Há a percepção de que os processos eleitorais são inexoráveis e, por conseguinte, a democracia substantiva chegaria em decorrência de reformas gradativas. Todavia, não há interesse algum em revisar-se historicamente a atuação política dos Estados Unidos naquela parte do globo, onde houve o maciço apoio a regimes ditatoriais com o objetivo de resguardar o acesso a recursos naturais, nem auxiliar tais países com investimentos em infra-estrutura.

Por fim, se se restringe ao formalismo apenas, a política externa americana obtém alguns bons resultados. Recentemente, há ou houve processos eleitorais presidenciais na Argélia, Egito e Iêmen, onde, no entanto, a Missão de Observação Eleitoral da União Européia registrou problemas de certa monta; parlamentares na Jordânia, Barein e Coveite, em que houve a participação feminina plena; parlamentares, ainda que com restrições, como no caso dos Emirados Árabes, onde a renovação se limita à metade das cadeiras; municipais na Arábia Saudita.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .